

Responsabilização da vítima de violência sexual como processo discriminatório

Holding victims of sexual violence accountable as a discriminatory process

Iara Maribondo Albuquerque¹, Ana Raquel Rosas Torres², José Luis Álvaro Estramiana³

RESUMO: Neste trabalho investigou-se a responsabilização da vítima de violência sexual como expressão da discriminação contra a mulher. Para alcançar esse objetivo foram realizados dois estudos empíricos utilizando delineamento quase-experimental. No Estudo 1 (N = 200), analisou-se o efeito das pertenças raciais da vítima de violência (branca vs. negra) e do agressor (branca vs. negra) na responsabilização da mulher pela violência por ela sofrida. Por sua vez, o Estudo 2 (N = 202) investigou o efeito de interação encontrado no Estudo 1 em dois contextos distintos: entre participantes inseridos no âmbito de atenção à saúde e não relacionados com essa realidade. Tomados em conjunto, os resultados sugerem que a vitimização secundária sofrida pela vítima de violência sexual é maior quando ela é branca e se envolve com um homem negro; e que este efeito é mais forte no contexto relacionado com a atenção à saúde.

Palavras-chave: Vitimização Secundária, Violência Contra A Mulher, Violência Sexual.

ABSTRACT: This work investigated the responsibility of victims of sexual violence as an expression of discriminations against women. To achieve this objective, two empirical studies were carried out using a quasi-experimental design. In Study 1 (N=200), the effect of the racial affiliation of the victim of violence (white X black) and the aggressor (white X black) on the woman's responsibility for the violence she suffered was analyzed. In turn, Study 2 (N=202) investigated the interaction effect found in Study 1 in two different contexts: health care students and non-health care students. Taken together, the results suggest that the secondary victimization suffered by the victim of sexual violence is greater when she is white and involved with a black man. Moreover, this effect is stronger among health care students.

Keywords: Secondary Victimization, Violence Against Women, Sexual Violence.

¹ UniNassau-JP

² Universidade Federal da Paraíba

³ Universidad Complutense de Madrid

Introdução

Embora seja um crime e grave violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres continua vitimando milhares de brasileiras. O atlas da violência (Ipea, 2016), considerando como referência o ano de 2014, notificou a ocorrência de treze mulheres assassinadas por dia no Brasil. No ano seguinte, o fenômeno se expressou de forma ainda mais intensa. De acordo com o 10º Anuário Brasileiro da Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro da Segurança Pública, em 2015 foram notificados 45.460 estupros, em média houve um estupro a cada 11 minutos e 33 segundos. Em outras palavras, pouco mais de cinco pessoas foram estupradas por hora.

Esses dados refletem a persistência de um fenômeno que, embora seja traduzido por estatísticas alarmantes, torna-se por vezes invisível diante de números maiores referentes à violência letal entre homens, ou por não ser reconhecido como um problema de política pública. Ademais, indicam a preocupação de um panorama maior, pois se estima que apenas 10% dos casos de estupros ocorridos no país são notificados.

Nesse sentido, passados dez anos da criação da Lei Maria da Penha [LPM] (*Lei nº 11.340, 2006*), que veio punir com severidade a violência contra a mulher e criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra ela, parece não ter surtido efeito. Todavia, de acordo com Cerqueira e Coelho (2015), a taxa de homicídios entre as mulheres seria ainda maior se a LPM e as estratégias de apoio focalizadas no combate à violência contra a mulher não tivessem sido implementadas.

Sobre este mesmo cenário, um conjunto de estudos tem demonstrado que além de terem que enfrentar as consequências da violência (vitimização primária), as mulheres são responsabilizadas por haver sofrido violência sexual (vitimização secundária). Por sua vez, a atribuição de responsabilidade pode ser proveniente da sociedade e das estruturas de apoio social (família, serviços médicos, polícias e sistema judicial) e trata-se de uma tendência sem

fronteiras culturais, tendo sido demonstrada em diferentes países tais como os Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Espanha, Suécia e Turquia (Angelone, Mitchell & Lucente, 2012; Bieneck & Krahe, 2011; Correia & Vala, 2003; Ferrão & Gonçalves, 2015; Grubb & Turner, 2012).

O fenômeno da culpabilização da vítima, como uma das formas que a vitimização secundária pode assumir, produz diversos efeitos que dificultam a recuperação psicológica da vítima como por exemplo, exime a responsabilidade das estruturas sociais, econômicas e políticas e também faz com que o agressor seja desculpado por sua atuação (Trujano & Raich, 2000). Por assim dizer, a culpabilização transforma a violação em algo trivial ao produzir uma distorção da consequência do ato para as vítimas e provocar a eliminação da autocensura antecipatória do agressor (Bandura, 1986). Como consequência, a cultura de atribuição de culpa à vítima vai fazendo com que a violência contra a mulher se torne um fenômeno cada vez mais permissivo.

Os estudos sobre esse fenômeno, que faz da mulher responsável pela própria violência sexual recebida, consideram diferentes variáveis em busca de compreendê-lo de forma mais acurada. Como exemplo, tem-se pesquisado extensivamente o impacto do gênero na atribuição de culpa pelo estupro e através das investigações é possível encontrar evidências opostas (Ferrão & Gonçalves, 2015). Se por um lado as percepções de gênero revelam diferenças estatisticamente significativas sobre a responsabilização da vítima, indicando diferenças na maneira como homens e mulheres percebem situações de violência contra a mulher (Bendixen, Henriksen & Nostdahl, 2014; Durán et al., 2010; Paul et al., 2014; Strömwall, Landström & Alfredsson, 2014), por outro, estudos transculturais demonstram que o gênero não exerce impacto sobre esse fenômeno (Cohn, Dupuis & Brown, 2009; Frese, Moya, & Megías, 2004; Mandela, 2011; Newcombe et al., 2008; Strömwall, Alfredsson & Landström, 2013).

Outra variável que pode ser considerada na tomada de posicionamento frente à culpabilização da vítima é a pertença racial. Embora os casos de estupro mais relatados tenham sido os intra-raciais, eliciando uma falsa impressão de que a pertença racial não exerce influência no referido fenômeno (Koch, 1995; Wheeler & George, 2001), esse é um elemento poderoso nos julgamentos sociais, capaz de afetar o posicionamento sobre todas as violações que envolvem uma pessoa negra (Hewstone, Hantzi & Johnson, 1991; Stangor et al., 1992).

Por esse olhar, LaFree (1989) demonstrou que os infratores negros foram condenados mais duramente quando eles tinham violado uma mulher branca do que quando ela era negra. Willis (1992), por sua vez, encontrou um efeito significativo da raça na atribuição de responsabilidade às vítimas de estupro entre conhecidos, no sentido de maior culpabilização da vítima negra do que a branca pela violência sexual por ela sofrida. Varelas e Foley (1998), ao considerarem a raça das vítimas, agressores e entrevistados, constataram que os entrevistados brancos culpabilizaram menos a vítima branca do que a vítima negra quando o agressor era negro. Por sua vez, George e Martinez (2002) encontraram que tanto as vítimas brancas quanto as negras receberam mais atribuição de culpa quando elas foram estupradas em um ambiente inter-racial.

Em conjunto, esses resultados podem ser explicados pela persistência dos estereótipos raciais no decorrer do tempo, por meio dos quais os homens negros são retratados como excessivamente sexuais, quando comparados aos brancos; mulheres negras são percebidas como sendo mais permissivas e promíscuas do que as mulheres brancas; e essas últimas, por sua vez, são vistas como virgens inocentes (Barth, 2012; Cazares, 2002; Collins, 2005; Donovan, 2004; Hirsh, 1981). Ademais, o homem negro é automaticamente relacionado à violência, à negatividade e à imagem de alguém que deseja estuprar mulheres brancas (George & Martínez, 2002; Lima et al. 2005).

Posto isso, espera-se que a mulher branca seja mais responsabilizada quando se envolver com um homem negro por romper com o estereótipo da pureza e inocência a ela associado e com o padrão de relacionamento prototípico das relações inter-raciais brasileiras (homem branco e mulher negra); assim como, por assumir o risco de relacionar-se com alguém que tem sua imagem vinculada a aspectos nocivos (Carneiro, 2003).

Adicionalmente, entre os resultados encontrados por estudos sobre a vitimização secundária utilizando amostras compostas por vítimas de estupro, representantes legais, profissionais da saúde, entre outros, salienta-se a descrição, feita pelas mulheres violentadas, referente aos serviços de apoio às vítimas como mais susceptíveis de serem prejudiciais, em vez de úteis (Campbell, 1998, 2005, 2008; Jackson et al., 2016; Lerner, 1965). Por sua vez, esses achados refletem um descompasso entre as necessidades das mulheres vítimas da violência e os serviços de saúde a elas oferecidos (Schraiber, 2012) e sinaliza a relevância da realização de mais investigações sobre a vitimização secundária no âmbito da saúde. Posto que, embora a perspectiva da violência de gênero tenha sido incorporada a este contexto, investigações prévias apontam que os profissionais que lidam com o cuidado às vítimas, continuam responsabilizando-as e demonstrando relutância para receber e tratá-las em ocasiões nas quais as marcas da violência não estão tão evidentes (Filipas & Ullman, 2001; Lerner, 1965; Suzuki & Bonner, 2017; Ullman, 1996).

Nomeadamente, o objetivo geral deste trabalho foi investigar a responsabilização da vítima de violência sexual como expressão da discriminação contra a mulher. Por sua vez, os objetivos específicos referiam-se a analisar como a relação entre as pertencas raciais da vítima e do agressor e a responsabilização da mulher pela violência por ela sofrida varia em função do contexto no qual os participantes estão inseridos: cursos do ensino superior relacionados com a atenção à saúde versus. cursos do ensino superior não relacionados com a atenção à saúde.

Para alcançar os objetivos traçados foram estabelecidas duas hipóteses, que orientaram a realização de dois estudos empíricos. No Estudo 1 foi testada a Hipótese 1 (H1): A mulher branca vítima da violência sexual será mais responsabilizada por essa violência quando o agressor for negro. No Estudo 2 replicou-se o Estudo 1 e testou-se a segunda hipótese (H2) de que o contexto no qual os participantes estão inseridos: cursos do ensino superior relacionados com a atenção à saúde versus cursos do ensino superior não relacionados com a atenção à saúde, influenciará na responsabilização da vítima de violência sexual.

Estudo 1

Neste primeiro estudo, testou-se experimentalmente a hipótese 1 (H1): A mulher branca vítima da violência sexual será mais responsabilizada por essa violência quando o agressor for negro. Essa hipótese foi lançada levando em consideração o percurso histórico da mulher negra no Brasil, no qual ela foi tratada como mercadoria pelos senhores brancos e coisificada por eles a partir de relações de abuso sexual (Carneiro, 2003). Dessa forma, a relação entre homem branco e mulher negra seria socialmente aceitável.

Proveniente do arcabouço da era colonial, o imaginário social permanece vivo e adquire novos contornos em uma ordem social supostamente democrática fazendo com que a mulher negra seja estereotipada como promíscua e conseqüentemente menos coerente do que é socialmente esperado para uma mulher, e que a mulher branca, por sua vez, seja vista como a inocente vítima virgem (Barth, 2012; Cazares, 2002; Collins, 2005; Donovan, 2004; Hirsh, 1981).

Posto isso, espera-se que a mulher branca seja mais rigidamente responsabilizada na situação em que ela convida o homem negro e é violentada sexualmente, uma vez que ela está desviando um padrão de relacionamento que é “socialmente aceito” e assumindo o risco de se envolver com alguém que é estereotipado como excessivamente sexual, animalesco em seu

apetite sexual e que deseja estuprar mulheres brancas (Collins, 1990; Davis, 1981; Davis & Cross, 1979; Wyatt, 1982).

Método

Participantes e Delineamento

Trata-se de um estudo quase-experimental, com delineamento 2 (pertencença racial da vítima da violência) X 2 (pertencença racial do agressor). Participaram voluntariamente 200 estudantes universitários de uma instituição pública da cidade de João Pessoa – Brasil, dos quais 99 eram do sexo masculino e 101 do sexo feminino, divididos igualmente para cada uma das condições experimentais. A média de idade é de 20.70 anos ($DP = 4.00$ anos). A amostragem foi não probabilística por conveniência. Os critérios de inclusão foram ser estudante universitário de instituição pública, aceitar participar do estudo e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Procedimento e Instrumento

A coleta de dados deste estudo foi dividida em quatro condições distintas, apresentadas abaixo, onde foram manipuladas a cor da pele do agressor e da vítima, por meio de fotos.

Condição 1: fotos de homem negro e de mulher branca;

Condição 2: fotos de homem branco e de mulher negra;

Condição 3: fotos de homem negro e de mulher negra;

Condição 4: fotos de homem branco e de mulher branca.

Os participantes foram instruídos inicialmente a observarem duas fotos referentes à condição apresentada pelos pesquisadores e ler, em seguida, o relato sobre a violência sexual envolvendo o casal apresentado nas fotos. Nas quatro condições o relato era o mesmo:

Ana e Henrique eram colegas de trabalho, solteiros e se conheciam há algum tempo. Um dia, Ana convidou Henrique para jantar no sábado à noite. Depois do jantar, ela o chamou

para ir à sua casa, que ficava perto do restaurante, tomar a “saideira” e continuar conversando. Depois de terem bebido um pouco, trocaram alguns beijos. Passado um tempo, Ana tentou afastar-se, pediu-lhe que não continuasse e que fosse embora. Nesse instante, Henrique a pegou com força e continuou beijando-a até consumir o ato.

Logo após o cenário, havia uma questão objetiva que pedia para os participantes indicarem em que medida a vítima podia ser responsabilizada pelo ocorrido em uma escala de sete pontos, variando de 1 (nada responsável) a 7 (totalmente responsável). Por fim, perguntavam-se as características sociodemográficas: sexo, idade e curso.

O questionário foi respondido de forma individual e aplicado coletivamente em sala de aula após a autorização do professor. O tempo de aplicação variou entre 30 e 40 minutos e os questionários respondidos parcialmente foram desconsiderados.

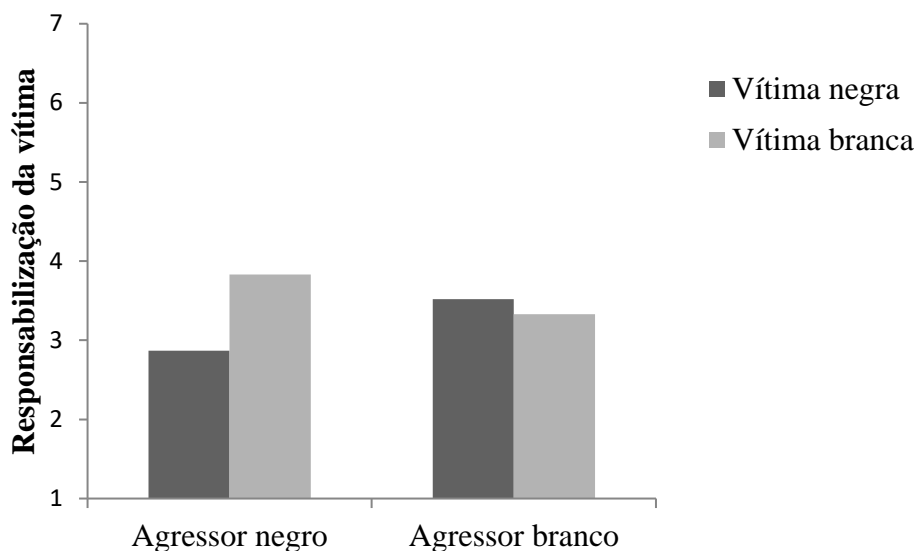
Resultados

Baseado em médias estimadas, a ANOVA 2 X 2 apresentou um efeito de interação significativo entre as pertencas raciais da vítima e do agressor na responsabilização da mulher pela violência por ela sofrida $F(1,196) = 4.29, p = .04, \eta^2 = .02$. O efeito principal da pertença racial da vítima não foi significativo ($F(1,196) = 1.95, ns$), assim como o efeito principal da pertença racial do agressor ($F(1,196) = .06, ns$).

Dessa forma, os resultados revelaram que a responsabilização da vítima de violência sexual varia em função da relação cruzada entre as pertencas raciais da vítima e do agressor. Quando o agressor é branco, não há diferença estatisticamente significativa na responsabilização da vítima, seja ela negra ($M = 3.52, DP = 0.28$) ou branca ($M = 3.33, DP = .26$), $t(196) = .47, ns$. Em oposição, quando o agressor é negro, existe uma diferença estatisticamente significativa. Neste sentido, a vítima branca ($M = 3.83, DP = .29$) é mais responsabilizada do que a vítima negra ($M = 2.87, DP = .26$), $t(196) = 2.42, p < .01, \eta^2 = .02$. As médias estão sumarizadas na Figura 1.

Figura 1

Efeito das pertencas raciais do agressor na responsabilização da vítima de violência sexual em função das pertencas raciais da vítima.



Fonte. Os autores.

Discussão Parcial

Os resultados suportaram a hipótese 1 (H1). Em conjunto, eles sugerem que o contexto histórico das relações inter-raciais brasileiras, onde esta investigação foi levada a cabo, influenciou na atribuição de responsabilidade à vítima. Embora as relações tenham assumido novas formas, elas são permeadas pelo processo de colonização que outorgava a coisificação da mulher negra pelo homem branco (Carneiro, 2003). Nesse sentido, a maior atribuição de responsabilidade à mulher branca quando se envolve com o homem negro, seria justificada por ela transgredir o padrão de relacionamento “socialmente” permitido.

Ademais, a culpabilização da mulher branca pode também está relacionada ao risco que ela assume por se envolver com alguém que é membro do grupo considerado como inferior (negros) e tem associado à sua imagem o estereótipo de excessivamente sexual e violento (George & Martínez, 2002, Lima, Machado, Ávila, Lima, & Vala, 2005).

Por sua vez, quando o agressor é branco, a pertença racial da vítima não influencia talvez por dois motivos relacionados entre si: é socialmente “permitido” que um branco se relacione com uma negra e a mulher negra, ao possuir uma condição histórica alicerçada numa relação de coisificação (Carneiro, 2003), passou a ser estereotipada como promíscua e desviante do que é socialmente esperado para uma mulher.

Considerando investigações anteriores que sinalizam a influência do gênero na responsabilização da vítima de violência sexual (Bendixen, Henriksen, & Nostdahl, 2014; Durán et al. 2010; Paul et al., 2014; Strömwall, Landström, & Alfredsson, 2014), testou-se a hipótese adicional de que o gênero do participante da pesquisa influencia na percepção do mesmo sobre a culpabilização da mulher pela violência por ela sofrida.

Ao realizar uma ANOVA 2 X 2 X 2, o teste estatístico revelou um efeito de interação não significativo entre pertença racial da vítima, pertença racial do agressor e o gênero do participante $F(1,192) = .90, ns$. Corroborando estudos anteriores (Cohn, Dupuis & Brown, 2009; Frese, Moya, & Megías, 2004; Mandela, 2011; Newcombe et al., 2008; Strömwall, Alfredsson, & Landström, 2013), o resultado indica não haver influência do gênero do participante no grau de responsabilização atribuído à vítima pela violência por ela sofrida.

Embora o esperado fosse um maior sentimento de empatia em relação à mulher vítima da violência sexual e menor ou nenhuma responsabilização da vítima por parte das mulheres, essa hipótese não foi confirmada. Mulheres e homens responsabilizaram a vítima de violência de maneira indiferenciada. Esse dado sugere que a cultura patriarcal é interiorizada independentemente do gênero e continua reverberando nos processos de vitimização secundária, sofridos pelas mulheres vítimas de violência sexual, garantindo a manutenção da violência de gênero.

Diante desses resultados utilizou-se outra via de investigação. Observando estudos prévios, que apontaram o fenômeno da vitimização secundária por parte de profissionais

relacionados com a atenção à saúde (Jackson, Valentine, Woodward, & Pantalone, 2016; Lerner, 1965; Schraiber, 2012; Suzuki & Bonner, 2017), levantou-se uma segunda hipótese em função do efeito das pertencas raciais da vítima e do agressor sobre a responsabilização da mulher, a depender do contexto no qual o participante estava inserido: cursos de ensino superior relacionados com a atenção à saúde vs. cursos de ensino superior não relacionados com a atenção à saúde. Para testar esta hipótese, o segundo estudo deste trabalho foi realizado.

Estudo 2

Esse estudo teve como objetivos: a) confirmar os resultados encontrados no Estudo 1 e b) testar experimentalmente a segunda hipótese (H2) de que o contexto no qual os participantes estão inseridos (cursos de ensino superior relacionados com a atenção à saúde versus cursos de ensino superior não relacionados com a atenção à saúde) influenciará na responsabilização da mulher vítima de violência sexual. Esperava-se que quando o agressor fosse negro, a mulher branca fosse mais responsabilizada do que a mulher negra. E que este efeito fosse mais forte entre os participantes inseridos no âmbito relacionado com a atenção à saúde.

A segunda hipótese apresentada nesta investigação foi levantada considerando estudos iniciais realizados por Lerner (1965) e trabalhos posteriores que sinalizam a ocorrência do fenômeno da vitimização secundária entre profissionais da saúde (Filipas & Ullman, 2001; Suzuki & Bonner, 2017; Ullman, 1996).

Método

Participantes e Desenho

Trata-se de um estudo quase-experimental, com delineamento 2 (pertença racial da vítima da violência) X 2 (pertença racial do agressor) X 2 (Contexto no qual o participante está inserido). Participaram voluntariamente 202 estudantes universitários de uma instituição

pública da cidade de João Pessoa – Brasil, que foram divididos equitativamente nas quatro condições experimentais. Desses, 47,5% estavam inseridos no contexto dos cursos de ensino superior relacionados com a atenção à saúde, sendo 68 do sexo feminino e 28 do sexo masculino; e 52,5% estavam inseridos no contexto dos cursos de ensino superior não relacionados com a atenção à saúde, dos quais 73 eram do sexo masculino e 33 eram do sexo feminino. A média de idade foi de 21,51 anos ($DP = 5,17$ anos). A amostragem foi não probabilística por conveniência. Os critérios de inclusão foram: ser estudante universitário de instituição pública, aceitar participar do estudo e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Procedimento e Instrumento

O procedimento e instrumento utilizados neste estudo foram os mesmos do Estudo 1.

Resultados

A ANOVA fatorial 2 X 2 X 2 revelou um efeito de interação tripla estatisticamente significativo entre a pertença racial da vítima, a pertença racial do agressor e o contexto no qual o participante está inserido (cursos do ensino superior relacionados com a atenção à saúde vs. cursos do ensino superior não relacionados com a atenção à saúde) $F(1, 192) = 19.74, p = .001, \eta^2 = .09$. Os efeitos principais não foram significativos: pertença racial da vítima $F(1, 192) = 0.83, ns.$; pertença racial do agressor $F(1, 192) = 2.11, ns.$, contexto no qual o participante está inserido $F(1, 192) = .99, ns.$

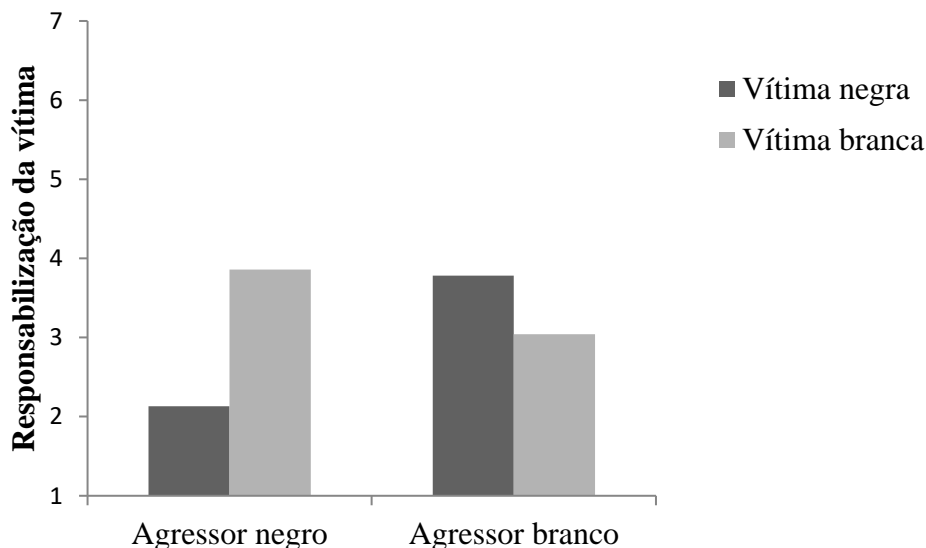
A análise dos efeitos de interação indicou resultados significativos apenas entre os respondentes inseridos no contexto de profissões relacionadas com a atenção à saúde. Nesse âmbito, observa-se que quando o agressor é branco não há diferença significativa na responsabilização da vítima seja ela negra ($M = 3.78, DP = .34$) ou branca ($M = 3.04, DP = .36$), $t(192) = 1.47, ns.$ Em oposição, quando o agressor é negro, a vítima branca ($M = 3.86, DP = .30$) é mais responsabilizada do que a vítima negra ($M = 2.13, DP = .35$), $t(192) = 3.69,$

$p = .0003$, $\eta^2 = .06$. Esses resultados confirmam os resultados do Estudo 1. As médias estão sumarizadas na Figura 2.

Por outro lado, entre os participantes inseridos no contexto de cursos não relacionados com a atenção à saúde, a cor da pele do agressor não interferiu de maneira diferenciada na responsabilização da vítima. Quando o agressor é branco, a vítima negra ($M = 3.11$, $DP = .32$) é tão responsabilizada pela violência sofrida quanto a vítima branca ($M = 3.92$, $DP = .32$), $t(192) = 1.76$, ns). O mesmo ocorre quando o agressor é negro. Nessa condição, os respondentes julgaram a mulher branca ($M = 2.78$, $DP = .29$) e a mulher negra ($M = 3.71$, $DP = .36$), $t(192) = 2.00$, ns) igualmente responsáveis pela violência sofrida.

Figura 2

Efeito da pertença racial do agressor na responsabilização da vítima de violência sexual em função do contexto no qual o participante está inserido (Cursos de ensino superior que lidam com a atenção à saúde)



Fonte. Os autores.

Discussão Parcial

Sustentando a hipótese 2 (H2), os resultados indicaram que o efeito de interação entre a pertença racial da vítima e a pertença racial do agressor exerceu influência sobre a

responsabilização da mulher pela violência por ela sofrida, apenas entre os participantes inseridos no contexto relacionado com a atenção à saúde.

Esses resultados vão ao encontro de estudos iniciais realizados por Lerner (1965) que demonstram a vitimização secundária por parte de profissionais relacionados com a atenção à saúde e investigações que indicam que a proximidade com a vítima ameaça a Crença em um Mundo Justo (Correia, Vala & Aguiar, 2007; Aguiar et al., 2008; Correia et al., 2012). Em consequência, as pessoas responsabilizam a vítima como forma de garantir que elas podem seguir confiantes, acreditando que acontecimentos injustos não lhes acontecerão (Lerner, 1980).

Todavia, eles sinalizam que o efeito da vitimização secundária também ocorre entre estudantes inseridos no contexto relacionado com a atenção à saúde, que estão em processo de formação e que ainda não possuem contato direto com as vítimas; bem como qualificam o fenômeno na medida em que considera as pertencas raciais da vítima e do agressor e identifica em quais condições esse fenômeno ocorre de maneira mais significativa.

Discussão geral e conclusão

O trabalho aqui apresentando teve por objetivo analisar a responsabilização da vítima de violência sexual como expressão da discriminação contra a mulher. No primeiro estudo (Estudo1), verificou-se que há maior responsabilização da vítima quando ela é branca e se envolve com um homem negro. Na sequência, testou-se a hipótese adicional de que o sexo do participante influencia na percepção de culpa atribuída à vítima pela violência por ela sofrida. No entanto, os resultados não a suportaram, sugerindo que talvez considerar o contexto no qual o participante está inserido, poderia influir de forma mais significativa no fenômeno estudado nessa oportunidade.

Dessa forma, o Estudo 2 incrementou a explicação anterior, ao demonstrar que a responsabilização da mulher vítima de violência varia em função da pertença racial dela e do

agressor, como também, em função do contexto no qual o participante está inserido (cursos do ensino superior relacionados com a atenção à saúde vs. cursos do ensino superior não relacionados com a atenção à saúde). Nesse sentido, verificou-se maior responsabilização da vítima branca quando o agressor é negro, apenas entre os participantes inseridos no contexto relacionado com a atenção à saúde.

Em conjunto, esses estudos, portanto, corroboram investigações prévias que demonstram a influência da pertença racial no fenômeno da culpabilização da vítima (George & Martínez, 2002; LaFree, 1989; Lima et al., 2005; Varelas & Foley, 1998; Willis, 1992); apontam o gênero como variável não significativa na atribuição de culpa para a mulher vítima de violência (Cohn, Dupuis & Brown, 2009; Frese, Moya & Megías, 2004; Newcombe et al., 2008; Rye et al., 2006; Strömwall, Alfredsson & Landström, 2013; Viki & Abrams, 2002); e sinalizam a ocorrência do fenômeno da vitimização secundária entre pessoas inseridas em contextos relacionados com atenção à saúde (Filipas & Ullman, 2001; Lerner, 1965; Suzuki & Bonner, 2017; Ullman, 1996).

Como contribuição, este artigo aponta o fenômeno da vitimização secundária entre estudantes que estão inseridos no contexto relacionado com a atenção à saúde, mas que ainda estão em processo de formação e que não possuem contato direto com as vítimas; ao passo que, amplia a compreensão do processo de naturalização de violência sexual contra a mulher nas relações inter-raciais. Nesse sentido, cursos de formação relacionados com a atenção à saúde poderiam considerar, para além do ensino técnico, questões contextuais que estarão presentes no atendimento às vítimas de violência, com a finalidade de coibir a persistência do fenômeno que faz da mulher vítima de violência sexual responsável pelo seu próprio sofrimento. Nessa mesma linha, estudos futuros poderiam analisar melhor quais processos, além da proximidade com a vítima e da ameaça à Crença em um Mundo Justo, sinalizados por estudos prévios, estão subjacentes à vitimização secundária perpetrada por pessoas

inseridas no contexto relacionado com a atenção à saúde desde o processo de formação até o exercício da profissão.

Referências

- Aguiar, P., Vala, J., Correia, I., & Pereira, C. (2008). Justice in our world and in other's world: Belief in a just world and reactions to victims. *Social Justice Research, 21*, 50-68.
- Angelone, D. J., Mitchell, D., & Lucente, L. (2012). Predicting perceptions of date rape: An examination of perpetrator motivation, relationship length, and gender role beliefs. *Journal of Interpersonal Violence, 27*(13), 2582-2602.
<https://doi.org/10.1177/0886260512436385>
- Bandura, S. (1986). *Pensamiento y Acción*. Martínez-Roca.
- Barth, L. A. (2012). *Intersectionality of rape: A study of victim-blaming attitudes based on race of victim* [Doctoral dissertation]. Retrieved from UMI Dissertation Publishing.
- Bendixen, M., Henriksen, M., & Nøstdahl, R. K. (2014). Attitudes toward rape and attribution of responsibility to rape victims in a Norwegian community sample. *Nordic Psychology, 6*(33), 168-186. <https://doi.org/10.1080/19012276.2014.931813>
- Bieneck, S., & Krahe, B. (2011). Blaming the victim and exonerating the perpetrator in cases of rape and robbery: Is there a double standard? *Journal of Interpersonal Violence, 26*(9), 1785-1797. <http://doi.org/10.1177/0886260510372945>
- Campbell, R. (1998). The community response to rape: victims' experiences with the legal, medical, and mental health. *American Journal of Community Psychology, 26*, 355.
<https://doi.org/10.1023/A:1022155003633>.
- Campbell, R. (2005). What really happened? A validation study of rape survivors' help-seeking experiences with the legal and medical systems. *Violence & Victims, 20*, 55-68. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.2005.20.1.55>.
- Campbell, R. (2008). The psychological impact of rape victims. *American Psychologist, 63*, 702-717. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.63.8.702>.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos avançados, 17*(49), 117-133.

- Cazares, G. G. (2002). *Cultural and ethnic influences on rape reporting* (Unpublished thesis). Fresno.
- Cerqueira, D. R. C., & Coelho, D. S. C. (2015). *Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade*. Ipea.
- Cohn, E. S., Dupuis, E. C., & Brown, T. M. (2009). In the eye of the beholder: Do behavior and character affect victim and perpetrator responsibility for acquaintance rape. *Journal of Applied Social Psychology, 39*(7), 1513-1535.
<https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2009.00493.x>
- Collins, P. H. (1990). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Unwin Hyman.
- Collins, P. H. (2005). *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism*. Routledge.
- Correia, I., Alves, H., Sutton, R., Ramos, M., Gouveia-Pereira, M. & Vala, J. (2012). *Personality and Individual Differences, 53*, 747-752.
- Correia, I. & Vala, J. (2003). When will a victim be secondarily victimized? The effect of observer's belief in a just world, victim's innocence and persistence of suffering. *Social Justice Research, 16*(4), 379-400.
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2007). Victim's innocence, social categorization and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology, 43*, 31-38.
- Davis, G. L., & Cross, H. J. (1979). Sexual stereotyping of Black males in interracial sex. *Archives of Sexual Behavior, 8*, 269-279.
- Donovan, R. A. (2004). *To blame or not to blame: How target race affects rape blame attribution* [Doctoral dissertation]. Retrieved from ProQuest Information and Learning Company.

- Durán, M., Moya, M., Megías, J. L., & Viki, G. T. (2010). Social perception of rape victims in dating and married relationships: The role of perpetrator's benevolent sexism. *Sex Roles, 62*(7-8), 505-519. <https://doi.org/10.1007/s11199-009-9676-7>
- Ferrão, M. C., & Gonçalves, G. (2015). Rape crimes reviewed: the role of observer variables in female victim blaming. *Psychological Thought, 8*(1), 47-67. <https://doi.org/10.5964/psyc.v8i1.131>.
- Filipas, H. H., & Ullman, S. E. (2011). Social Reactions to Sexual Assault Victims from Various Support Sources. *Violence and Victims, 16*(6).
- Frese, B., Moya, M., & Megías, J. L. (2004). Social perception of rape: How rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence, 19*(2), 143-161. <https://doi.org/10.1177/0886260503260245>
- George, W. H. & Martinez, L. J. (2002). Victim blaming in rape effects of victim and perpetrator race, type of rape and participant racism. *Psychology of Women Quarterly, 26*, 110-119.
- Grubb, A. R., & Turner, E. (2012). Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. *Aggression and Violent Behavior, 17*(5), 443-452. <http://doi.org/10.1016/j.avb.2012.06.002>.
- Hewstone, M., Hantzi, A., & Johnston, L. (1991). Social categorization and person memory: The pervasiveness of race as an organizing principle. *European Journal of Social Psychology, 21*, 517-528
- Hirsh, M. D. (1981). *Women and violence*. Van Nostrand Reinhold.
- IPEA (2016). Atlas da violência 2016.
- Jackson, M. A., Valentine, A. E., Woodward, E. N. & Pantalone, D. W. (2016). Secondary Victimization of Sexual Minority Men Following Disclosure of Sexual assault:

“Victimizing Me All Over Again...”. *Sex Res Soc Policy*.

<http://doi.org/10.1007/s13178-016-0249-6>

Koch, L. W. (1995). Interracial rape: examining the increasing frequency argument. *American Sociologist*, 26, 76–86.

LaFree, G. D. (1989). *Rape and criminal justice: The social construction of sexual assault*. Wadsworth Publishing.

Lerner, M. J. (1965). Evaluation of performance as a function of performer’s reward and attractiveness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1(4), 355-360.

Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world: A fundamental delusion*. Plenum Press.

Lima, M., E., O., Machado, C., Ávila, J., Lima, C. & Vala, J. (2005). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 309-319.

Mandela, I. N. (2011). Rape attribution for African- American students. *Undergraduate Research Awards*, Paper 10.

http://scholarworks.gsu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1031&context=univ_lib_ura

Newcombe, P. A., Van den Eynde, J., Hafner, D., & Jolly, L. (2008). Attributions of responsibility for rape: Differences across familiarity of situation, gender, and acceptance of rape myths. *Journal of Applied Social Psychology*, 38(7), 1736-1754.

<http://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2008.00367.x>

Paul, L. A., Kehn, A., Gray, M. J., & Salapska-Gelleri, J. (2014). Perceptions of, and assistance provide to, a hypothetical rape victim: Differences between rape disclosure recipients and nonrecipients. *Journal of American College Health*, 62(6), 426-433.

<http://doi.org/10.1080/07448481.2014.917651>

Schraiber, L. B. (2012). Necessidade de saúde, políticas públicas e gênero: a perspectiva das práticas profissionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(10), 2635-2644.

- Stangor, C., Lynch, L., Duan, C., & Glas, B. (1992). Categorization of individuals on the basis of multiple social features. *Journal of Personality & Social Psychology*, 62, 207– 218.
- Strömwall, L. A., Alfredsson, H., & Landström, S. (2013). Rape victim and perpetrator blame and the Just World hypothesis: The influence of victim gender and age. *Journal of Sexual Aggression*, 19(2), 207-217. <http://doi.org/10.1080/13552600.2012.683455>
- Strömwall, L. A., Landström, S., & Alfredsson, H. (2014). Perpetrator characteristics and blame attributions in a stranger rape situation. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 6(2), 63-67. <http://doi.org/10.1016/j.ejpal.2014.06.002>
- Suzuki, Y. E., & Bonner, H. S. (2017). Factors Associated with College Students' Responses to Rape-Disclosure Scenarios: Influence of Gender, Rape Characteristics, and Opinions About Health Professionals. *Journal of School Violence*, 16, 160-172.
- Trujano, P. R. & Raich, M. I. E. (2000). Variables socioculturales en la atribución de culpa a las víctimas de violación. *Psicothema*, 12(2), 223-228.
- Ullman, S. E. (1996). Correlates and consequences of adult sexual assault disclosure. *Journal of Interpersonal Violence*, 11(4), 554-571.
<http://doi.org/10.1177/088626096011004007>
- Varelas, N., & Foley, L. A. (1998). Blacks' and Whites' perceptions of interracial and intraracial date rape. *Journal of Social Psychology*, 138, 392-400.
- Wheeler, J.G. & George, W. H. (2001). *Race and sexual offending: A review of the literature*. Manuscript under review.
- Willis, C. E. (1992). The effect of sex role stereotype, victim and defendant race, and prior relationship on rape culpability attributions. *Sex Roles*, 26, 213-226.
- Wyatt, G. E. (1982). Identifying stereotypes of Afro-American sexuality and their impact upon sexual behavior. In B. A. Bass, G. E. Wyatt, & G. J. Powell (Eds.), *The Afro-*

American family: Assessment, treatment and research issues (pp. 333-346). Grune & Stratton.